



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**SUEIDE MENEZES DA SILVA**

**INVISIBILIDADE HISTÓRICA: A AUSÊNCIA DA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA  
NOS LIVROS DIDÁTICOS E O SILENCIAMENTO DO PAPEL DAS MULHERES**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2024**

**SUEIDE MENEZES DA SILVA**

**INVISIBILIDADE HISTÓRICA: A AUSÊNCIA DA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA  
NOS LIVROS DIDÁTICOS E O SILENCIAMENTO DO PAPEL DAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Alves Junior.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2024**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Silva, Sueide Menezes da.

S578i

Invisibilidade histórica: a ausência da independência da Bahia nos livros didáticos e o silenciamento do papel das mulheres / Sueide Menezes da Silva. - São Francisco do Conde, 2024.  
50f: il.

Monografia - Curso de História, Instituto de Humanidades e Letras/Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Alves Junior.

1. Livros didáticos. 2. Ensino de história. 3. Educação. 4. Mulheres. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 371.32

---

**SUEIDE MENEZES DA SILVA**

**INVISIBILIDADE HISTÓRICA: A AUSÊNCIA DA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA  
NOS LIVROS DIDÁTICOS E O SILENCIAMENTO DO PAPEL DAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciada em História.

Data de aprovação: 05/11/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Paulo Alves Junior (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof. Dr. Jorge Luzio Matos Silva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof. Dr. Victor Martins Souza**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder saúde e força para chegar até aqui. Dedico essa conquista à minha mãe, Dona Eliana, que sempre foi minha maior incentivadora. Sem ela, esse sonho não teria sido possível. Mãe, essa vitória é tão sua quanto minha. Obrigada por nunca medir esforços, por estar ao meu lado em cada passo. Te amo imensamente. Agradeço também aos meus irmãos, por acreditarem em mim desde o começo, e ao meu padrasto, Antônio Ferreira, que, com seu jeito discreto, sempre me apoiou e torceu por mim. Sua presença foi fundamental, mesmo que em silêncio.

À minha tia Maria da Glória, que me tratou como filha, saiba que você faz parte dessa conquista. Aos meus primos Jeferson Carvalho e Thalia Lima, obrigada por me lembrarem, em cada conversa, da mulher forte que sou e por sempre me incentivarem.

Não posso deixar de agradecer à minha professora de História do ensino médio, Maihara Marques. Com você, Mai, aprendi a amar a História e comecei a me ver como professora. Você foi uma verdadeira inspiração, e meu maior desejo é ser para meus alunos o que você foi para nós. Obrigada por tudo!

Aos amigos que fiz ao longo desses cinco anos de universidade, que seguraram minha mão, compartilharam risadas e lágrimas: Aislan Casais, Jonadabe Oliveira, Monaliza Queiroz, Eugênia Renata, João Victor, Sansão Xavier, Juliana, Suedy Padilha e Wendel Queiroz. Vocês foram parte essencial dessa caminhada, e essa vitória também é de vocês.

À minha amiga Ana Carolina, que, foi o meu porto seguro nesses anos de graduação e mesmo à distância, sempre se fez presente. Consegui, viu? E ao Mateus Batista, obrigada por acreditar em mim e me lembrar, em meio às minhas inseguranças, da mulher inteligente e capaz que sou.

Aos meus professores do curso de História da UNILAB, especialmente ao meu orientador, professor Paulo Alves, que foi um guia incansável e paciente ao longo desse processo. Sua dedicação fez toda a diferença. Muito obrigada por todo o apoio. Ao professor Pedro Acosta Leyva, por sempre me lembrar da minha potencia enquanto futura historiadora e pesquisadora.

Agradeço também a todos os funcionários da UNILAB: à Cinthia, da recepção, aos vigilantes, motoristas e funcionários da limpeza. Vocês fazem essa universidade funcionar, e seu acolhimento ao longo desses cinco anos foi essencial.

E, por último, agradeço a mim mesma. Por não desistir do meu sonho de ser professora de História, mesmo nos momentos mais difíceis. Você conseguiu, garota! Tenho certeza de que

a Sueide do ensino médio estaria muito orgulhosa de quem você se tornou. E esse é só o começo de muitos outros passos que virão.

Nunca mais o despotismo  
Regerá nossas ações,  
Com tiranos não combinam  
Brasileiros corações."  
(Hino ao 2 de Julho)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a invisibilidade histórica das mulheres na Independência da Bahia, especialmente nos livros didáticos de história, destacando como suas contribuições são marginalizadas. A metodologia utilizada foi uma abordagem qualitativa, com análise documental de três livros didáticos, complementada por uma revisão bibliográfica. Os principais resultados revelaram que, apesar de algumas tentativas de inclusão, o papel feminino ainda é superficialmente tratado, mantendo padrões tradicionais de exclusão. Conclui-se que é urgente rever a historiografia e os materiais educacionais para promover uma narrativa mais inclusiva e representativa.

**Palavras-chave:** livros didáticos; ensino de história; educação; mulheres.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the historical invisibility of women in the Independence of Bahia, especially in history textbooks, highlighting how their contributions are marginalized. The methodology involved a qualitative approach, with document analysis of three textbooks, complemented by a bibliographic review. The main findings revealed that, despite some inclusion attempts, women's roles are still superficially addressed, maintaining traditional exclusion patterns. The conclusion stresses the urgent need to revise historiography and educational materials to foster a more inclusive and representative narrative.

**Keywords:** textbooks; history teaching; education; women.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
2.1	MITOLOGIA E REALIDADE: O IMAGINÁRIO DA INDEPENDÊNCIA	14
2.2	ANÁLISE DOS PERSONAGENS PRINCIPAIS E DAS BATALHAS PRESENTES NA NARRATIVA HISTÓRICA	16
2.3	COMPARAÇÃO ENTRE A REPRESENTAÇÃO MITOLÓGICA E OS FATOS HISTÓRICOS	17
<b>3</b>	<b>PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: O PATRIMÔNIO CULTURAL DA INDEPENDÊNCIA</b>	19
3.1	LEGADO CULTURAL E SIMBÓLICO DO 2 DE JULHO NA BAHIA	19
3.2	PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS E SUA RELEVÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE	20
3.3	IMPACTO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DESSE PATRIMÔNIO	21
<b>4</b>	<b>A MULHER NA HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA</b>	23
4.1	RESGATE DO PAPEL DAS MULHERES NOS EVENTOS QUE CULMINARAM NA INDEPENDÊNCIA	23
4.2	ANÁLISE DE FONTES HISTÓRICAS QUE EVIDENCIAM A PARTICIPAÇÃO FEMININA	24
4.3	REFLEXÃO SOBRE OS MOTIVOS DO SILENCIAMENTO HISTÓRICO E SUAS IMPLICAÇÕES	26
<b>5</b>	<b>INDEPENDÊNCIA DA BAHIA: INTERSEÇÃO ENTRE GÊNERO, CLASSE SOCIAL E RAÇA</b>	29
5.1	ABORDAGEM INTERSECCIONAL DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA	29
5.2	DISCUSSÃO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, CLASSE SOCIAL E RAÇA NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA	31
<b>6</b>	<b>A INVISIBILIDADE DA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA NOS LIVROS DIDÁTICOS</b>	33
6.1	PANORAMA DA REPRESENTAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA NOS LIVROS DIDÁTICOS	33
6.1.1	<b>Livro didático 1: História: Sociedade &amp; Cidadania</b>	35
6.1.2	<b>Livro didático 2: Araribá Mais História</b>	37
6.1.3	<b>Livro didático 3: Saber + História</b>	38
6.2	ANÁLISE CRÍTICA DA ABORDAGEM HISTÓRICA PRESENTE NOS MATERIAIS DIDÁTICOS	39
6.2.1	<b>Livro didático 1: História: Sociedade &amp; Cidadania</b>	39
6.2.2	<b>Livro didático 2: Araribá Mais História</b>	40

<b>6.2.3</b>	<b>Livro didático 3: Saber + História</b>	41
6.3	IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS E SILENCIAMENTOS DA FIGURA FEMININA	43
<b>6.3.1</b>	<b>Livro didático 1: História: Sociedade &amp; Cidadania</b>	43
<b>6.3.2</b>	<b>Livro didático 2: Araribá Mais História</b>	44
<b>6.3.3</b>	<b>Livro didático 3: Saber + História</b>	45
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	48
	<b>REFERÊNCIAS</b>	50

## 1 INTRODUÇÃO

Na história algumas narrativas são destacadas, enaltecidas e perpetuadas ao longo do tempo, enquanto outras são relegadas à obscuridade, silenciadas por diferentes motivos. Nesse cenário, emerge a complexa tessitura histórica da Independência da Bahia, um marco fundamental na luta pela emancipação brasileira, cuja representação e memória são frequentemente ofuscadas nos livros didáticos, essenciais para a construção do conhecimento nas salas de aula.

A ausência significativa ou o tratamento superficial desse evento nos materiais educacionais, levanta questões pertinentes sobre a construção da narrativa histórica, os agentes retratados e aqueles que são silenciados, especialmente as mulheres que desempenharam papéis cruciais nesse processo. Portanto, este trabalho propõe-se a desvendar as camadas de invisibilidade que envolvem a Independência da Bahia nos livros didáticos de história, com foco no papel das mulheres, buscando compreender os motivos desse silenciamento e apontar caminhos para uma representação mais inclusiva e precisa.

O problema central que motiva esta pesquisa reside na constatação da lacuna histórica presente nos livros didáticos baianos quanto à representação da Independência da Bahia, em particular a sub-representação ou ausência do papel das mulheres nesse processo. A análise desses materiais revela um padrão recorrente de silenciamento e marginalização, que perpetua uma visão distorcida e incompleta da história, ignorando contribuições para a construção da identidade e memória coletiva do povo baiano e brasileiro como um todo.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a representação da Independência da Bahia nos livros didáticos de história, investigando o silenciamento do papel das mulheres nesse evento histórico. Para alcançar esse objetivo, serão delineados os seguintes objetivos específicos: identificar como a Independência da Bahia é abordada nos principais livros didáticos de história; analisar o papel das mulheres na Independência da Bahia com base em fontes históricas; investigar as possíveis razões para a invisibilidade das mulheres nos relatos históricos sobre a Independência da Bahia; e propor uma representação mais inclusiva e precisa da participação das mulheres na história da Independência da Bahia nos livros didáticos.

A relevância desta pesquisa reside na urgência de resgatar e valorizar as vozes e contribuições das mulheres na construção da história, desconstruindo mitos e estereótipos que permeiam a narrativa histórica tradicional. Além disso, visa contribuir para a promoção de uma educação histórica mais plural e democrática, capaz de refletir a diversidade de experiências e protagonismos presentes na sociedade brasileira. Quanto à metodologia, utilizaremos uma

abordagem qualitativa, baseada na análise documental de livros didáticos de história utilizados nas escolas baianas, complementada por revisão bibliográfica e análise de fontes relacionadas à Independência da Bahia.

## 2 MITOLOGIA E REALIDADE: O IMAGINÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Neste capítulo será realizada uma análise da construção mitológica em torno da Independência da Bahia. Este capítulo abordará as representações dos personagens principais e das batalhas heroicas presentes na narrativa histórica, buscando elucidar as relações entre os eventos reais e sua transfiguração no imaginário popular. A comparação entre a mitologia construída e os fatos documentados, permitirá uma compreensão mais ampla das complexidades envolvidas a respeito do tema, destacando aspectos de idealização, simbolismo e o impacto dessa construção na percepção coletiva.

### 2.1 EXPLORAÇÃO DA MITOLOGIA EM TORNO DA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA

A mitologia em torno da Independência da Bahia é um tema fascinante que remete a uma série de narrativas, símbolos e mitos que permeiam a história e a cultura desse estado brasileiro. Desde o 2 de julho de 1823, a memória coletiva tem sido alimentada por uma variedade de representações e interpretações, muitas das quais encontram eco na mitologia e na imaginação popular.

Nesse contexto, é importante destacar que a mitologia que envolve o 2 de julho destaca-se como um conjunto de narrativas e simbologias que, ao longo dos anos, têm modelado a percepção e o entendimento desse evento crucial na história brasileira. Essas histórias, muitas vezes idealizadas e romantizadas, são fundamentais para compreender como a memória coletiva e a identidade cultural da região foram construídas e são constantemente reafirmadas.

A Independência da Bahia foi um dos episódios decisivos para a consolidação da independência do Brasil, que havia sido declarada por Dom Pedro I em 7 de setembro de 1822. Enquanto o grito do Ipiranga é amplamente reconhecido como o marco inicial da independência brasileira, os conflitos na Bahia foram essenciais para afastar as forças portuguesas que ainda resistiam no país, garantindo de forma efetiva a separação política de Portugal (Silva, 2017).

O elemento mitológico se infiltra na narrativa através da glorificação dos heróis da independência, como Maria Quitéria e o General Labatut. Maria Quitéria, por exemplo, é frequentemente celebrada como a Joana d'Arc brasileira, uma mulher que se disfarçou de homem para lutar pelo seu país, simbolizando a bravura e a capacidade de sacrifício do povo baiano. Tais figuras são elevadas a um patamar quase lendário, reforçando a ideia de um povo intrinsecamente valente e determinado a lutar pela liberdade (Almeida, 2020).

Além das figuras heroicas, a mitologia em torno da Independência da Bahia inclui a celebração do 2 de julho, uma data que em muitos aspectos é tão ou mais significativa para os baianos quanto o 7 de setembro é para o resto do Brasil. A data é marcada por festividades que incluem desfiles, atos cívicos e manifestações culturais, servindo como um lembrete anual do orgulho e da identidade regional. Essa celebração não apenas reforça a memória dos eventos históricos, mas também atua como uma afirmação da autonomia e da singularidade da Bahia dentro do contexto nacional (Almeida, 2020).

A mitologia também se manifesta na maneira como a história é contada, muitas vezes omitindo ou subestimando as complexidades e os conflitos internos que marcaram o período. Por exemplo, as tensões entre diferentes classes sociais e grupos étnicos, incluindo escravizados africanos, indígenas e a população branca pobre, são frequentemente simplificadas ou negligenciadas em relatos mais tradicionais. Isso resulta em uma versão da história que pode ignorar as contribuições vitais de alguns grupos, ao mesmo tempo em que exalta outros (Silva, 2017).

No entanto, é importante notar que essa mitologia não é meramente um embelezamento ou uma distorção da verdade histórica, mas uma forma de expressão cultural que tem profundo impacto na construção de identidades sociais e na política de memória. Ao cultivar e celebrar esses mitos, a Bahia não apenas preserva seu passado, mas também constrói seu futuro, reafirmando constantemente sua identidade única e sua importância no cenário nacional.

Para compreender a profundidade e complexidade desse fenômeno, é essencial considerar as diferentes camadas de significado que a mitologia envolve. Como aponta Silva (2019, p. 47):

A mitologia não é apenas um conjunto de histórias antigas sobre deuses e heróis, mas um sistema simbólico que molda a identidade coletiva e dá sentido às experiências históricas. No caso da Independência da Bahia, a mitologia desempenha um papel crucial na construção da narrativa nacional e na afirmação da identidade baiana.

Um dos mitos mais proeminentes em torno da Independência da Bahia é o da figura do herói popularmente conhecido como "Caboclo", que liderou as tropas brasileiras na luta contra as forças portuguesas. Essa figura lendária, que mescla elementos históricos e míticos, personifica o espírito de resistência e bravura do povo baiano. O mito do Caboclo é frequentemente evocado em celebrações cívicas e culturais, reforçando a ideia de que a Independência foi uma conquista heroica do povo (Almeida, 2020).

Além do Caboclo, outros mitos e símbolos desempenham papéis importantes na mitologia da Independência da Bahia. A própria data “2 de Julho” tornou-se um marco de unidade e libertação, evocando a memória das batalhas travadas nas ruas de Salvador. Nesse sentido, como argumenta Santos (2021), a mitologia não se limita a narrativas individuais, mas engloba todo um conjunto de rituais, símbolos e tradições que perpetuam a memória coletiva.

É importante ressaltar que a mitologia da Independência da Bahia não é estática, mas está em constante transformação e renovação. Novas interpretações e reinterpretações surgem continuamente, refletindo os interesses e preocupações do presente. Por exemplo, estudos recentes como o de Oliveira (2018) têm destacado o papel das mulheres na luta pela independência, desafiando narrativas tradicionais que tendem a marginalizar sua contribuição.

## 2.2 ANÁLISE DOS PERSONAGENS PRINCIPAIS E DAS BATALHAS PRESENTES NA NARRATIVA HISTÓRICA

A Independência da Bahia é um episódio marcante da história do Brasil, cujos personagens principais e batalhas desempenharam papéis cruciais na consolidação da autonomia nacional. Para compreender adequadamente esse evento histórico, é fundamental analisar tanto os protagonistas envolvidos quanto os confrontos que moldaram seu desfecho.

Dentre os personagens centrais da Independência da Bahia, destacam-se figuras como Maria Quitéria, João das Botas e Joana Angélica, cujas contribuições foram cruciais para a mobilização popular e a resistência contra as forças portuguesas. Segundo Pimenta (2019), Maria Quitéria, com sua bravura e determinação, inspirou muitos a se juntarem à luta pela independência, desafiando as convenções de gênero da época. Já João das Botas, líder militar habilidoso, foi fundamental na organização das tropas e na estratégia de combate, conforme ressaltado por Souza (2020).

Além dos protagonistas individuais, é essencial analisar as batalhas que marcaram o desenrolar da Independência da Bahia. Uma das mais emblemáticas foi a Batalha de Pirajá, onde as forças brasileiras, lideradas pelo General Labatut, conseguiram uma vitória decisiva sobre as tropas portuguesas, consolidando o domínio patriota na região. Conforme observado por Oliveira (2022), a Batalha de Pirajá representou um ponto de virada na guerra, demonstrando a capacidade das forças brasileiras de enfrentar e derrotar o poderio colonial.

Outro confronto significativo foi a Batalha de Itaparica, onde as tropas brasileiras, em conjunto com a população local, resistiram tenazmente às investidas portuguesas, garantindo a continuidade do movimento pela independência. De acordo com Santos (2018), a Batalha de

Itaparica evidenciou a importância da mobilização popular e da resistência civil na luta contra o domínio estrangeiro.

Portanto, ao mencionar os personagens principais e as batalhas presentes na narrativa histórica da Independência da Bahia, é possível compreender a complexidade e a diversidade de agentes e eventos que contribuíram para a conquista da autonomia nacional. Desde figuras inspiradoras como Maria Quitéria até confrontos cruciais como a Batalha de Pirajá, cada elemento desse processo histórico contribuiu para moldar o destino do Brasil.

### 2.3 COMPARAÇÃO ENTRE A REPRESENTAÇÃO MITOLÓGICA E OS FATOS HISTÓRICOS

Para iniciar essa análise, é importante destacar que a Independência da Bahia é frequentemente associada à figura do herói nacional, o General Pedro Labatut, e à Batalha de Pirajá, onde as forças brasileiras conseguiram uma vitória decisiva sobre as tropas portuguesas. Essa narrativa heroica, embora enraizada na mitologia nacional, possui bases históricas sólidas. Conforme assinala Silva (2019), a liderança de Labatut foi crucial para a organização e motivação das tropas brasileiras, enquanto a Batalha de Pirajá representou um ponto de inflexão na resistência contra as forças portuguesas na Bahia.

No entanto, a representação mitológica da Independência da Bahia vai além dos eventos históricos específicos, incorporando elementos simbólicos que alimentam o imaginário coletivo. O 2 de julho é celebrado como o "Dia da Independência da Bahia", repleto de rituais cívicos, desfiles e manifestações culturais que reafirmam a identidade baiana e a luta pela liberdade. Esses aspectos simbólicos contribuem para a construção de uma narrativa mítica que transcende os próprios acontecimentos históricos, moldando a percepção coletiva sobre a Independência (Santos, 2022).

Por outro lado, a análise dos fatos históricos revela uma complexidade que nem sempre é capturada pela narrativa mitológica. A Independência da Bahia foi um processo longo, marcado por alianças políticas, conflitos internos e influências externas (Santos, 2022). A Revolta dos Alfaiates<sup>1</sup>, por exemplo, foi um movimento precursor que demonstrou a

---

<sup>1</sup> A Revolta dos Alfaiates, também conhecida como Conjuração Baiana, foi uma insurreição ocorrida em Salvador, Bahia, em 1798, marcada pela participação de alfaiates, artesãos, soldados e outros membros das camadas populares, inspirados pelos ideais iluministas e pelas revoluções americana e francesa. A revolta teve um caráter emancipatório e defendia não apenas a independência do Brasil de Portugal, mas também a abolição da escravidão e a igualdade social. Embora tenha sido rapidamente reprimida, com seus líderes sendo presos e alguns executados, o movimento deixou um legado importante na luta por justiça social e liberdade no Brasil.

insatisfação de diversos setores da sociedade baiana com o domínio português, enquanto a intervenção das Províncias Unidas do Rio da Prata foi crucial para o desfecho da guerra na Bahia (Oliveira, 2018).

A mitologia que envolve a Independência da Bahia é parte integrante da construção da identidade nacional brasileira, fornecendo símbolos e narrativas que unificam o país em torno de um ideal comum de liberdade e independência. No entanto, é importante reconhecer que essa tal tradição, muitas vezes, simplifica e idealiza os eventos históricos, deixando de lado nuances e complexidades que são fundamentais para a compreensão do processo de independência (Santos, 2022).

Por exemplo, a figura do General Labatut<sup>2</sup> é frequentemente retratada como o principal herói da Independência da Bahia, eclipsando outras figuras importantes e os diferentes fatores que contribuíram para o sucesso da causa brasileira. Como aponta Oliveira (2018), a participação de líderes locais, como o padre Feijó, e a mobilização popular desempenharam papéis significativos na resistência contra as forças portuguesas, evidenciando a diversidade de atores e estratégias envolvidas na luta pela independência.

Além disso, a análise histórica da Independência da Bahia também lança luz sobre as tensões e contradições que permearam esse período. Por um lado, a luta pela independência foi motivada por aspirações de liberdade e autonomia nacional. Por outro lado, a elite baiana também tinha interesses econômicos e políticos em jogo, buscando preservar seus privilégios e influência no novo cenário político que se desenhava (Santos, 2022).

Essas nuances históricas muitas vezes são obscurecidas pela narrativa mitológica, que tende a simplificar os eventos e a polarizar os personagens como heróis ou vilões. No entanto, uma abordagem mais contextualizada da Independência da Bahia requer uma análise crítica dessas representações, reconhecendo tanto os aspectos heroicos quanto as contradições e ambiguidades que caracterizaram esse processo histórico.

---

<sup>2</sup> O General Pedro Labatut foi um militar francês que teve papel relevante nas lutas pela independência e consolidação do Brasil como nação. Ele chegou ao Brasil em 1822, integrando as tropas que lutaram nas guerras de independência, especialmente no nordeste do país. Labatut ficou conhecido por seu comando na Campanha da Bahia, onde liderou tropas brasileiras contra as forças portuguesas que resistiam à independência. Sua liderança foi crucial na reconquista da cidade de Salvador em 1823, o que consolidou a separação do Brasil de Portugal na região. No entanto, apesar de sua importância militar, Labatut teve uma trajetória controversa, sendo posteriormente destituído de seus cargos e envolvido em disputas políticas e militares internas no Brasil.

### **3 PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: O PATRIMÔNIO CULTURAL DA INDEPENDÊNCIA**

Nesse capítulo será analisado o legado cultural e simbólico deixado pelo 2 de Julho na Bahia. Serão abordadas as diversas formas como a Independência da Bahia é celebrada e lembrada, destacando a importância desse evento na identidade coletiva do povo baiano. Além disso, serão examinadas as permanências históricas que perduram até os dias atuais, evidenciando como o silenciamento do papel das mulheres impacta a construção desse patrimônio cultural e as narrativas históricas.

#### **3.1 LEGADO CULTURAL E SIMBÓLICO DO 2 DE JULHO NA BAHIA**

O 2 de Julho na Bahia, celebrado como a data da independência da província em relação ao domínio português, carrega consigo um legado cultural e simbólico enraizado na história do Brasil. Esta celebração não é apenas um marco histórico, mas uma manifestação vívida da identidade baiana e brasileira, permeada por significados que ecoam através dos séculos.

Para compreender o legado cultural desta data, será feita uma análise acerca da história regional e nacional. Os eventos históricos como a independência são cruciais na formação da identidade nacional, moldando a memória coletiva e fornecendo narrativas fundacionais. No contexto da Bahia, a batalha do 2 de Julho é celebrada como um momento de resistência e heroísmo, onde o povo baiano se uniu para lutar contra a opressão colonial (Hobsbawm, 2018).

A memória do 2 de Julho é preservada e transmitida através de manifestações culturais, como o desfile cívico-militar, as apresentações artísticas e as homenagens aos heróis da independência. Estas práticas culturais não só reforçam a identidade baiana, mas também fortalecem os laços de solidariedade e pertencimento dentro da comunidade (Santos, 2020).

A preservação da memória do 2 de Julho, data que marca a independência da Bahia, através de manifestações culturais como desfiles cívico-militares, apresentações artísticas e homenagens aos heróis, ocorre porque essas práticas desempenham um papel fundamental na construção e fortalecimento da identidade coletiva. Elas reavivam o senso de pertencimento e solidariedade dentro da comunidade ao lembrar e celebrar uma vitória histórica que uniu a população em torno de um objetivo comum: a libertação do domínio colonial. Além disso, ao transmitir esses valores e memórias para as gerações futuras, essas celebrações mantêm vivas as tradições culturais e históricas, reforçando a coesão social e o orgulho regional (Santos, 2020).

Além disso, a data simbólica desempenha um papel importante na construção da narrativa nacional brasileira. Segundo Fausto (2019), a Independência da Bahia é retratada como um exemplo de resistência e luta pela liberdade, contribuindo para a mitologia nacional e para a construção de uma identidade nacional coesa.

No entanto, é importante reconhecer que o significado desta data é sujeito a interpretações divergentes. Para alguns, representa a libertação do jugo colonial; para outros, uma reafirmação da identidade baiana e uma fonte de orgulho regional. Como aponta Lima (2021), as diferentes narrativas em torno do 2 de Julho refletem as complexidades da história e da identidade brasileira, evidenciando as tensões entre unidade nacional e diversidade regional.

O 2 de Julho na Bahia, além de representar um marco histórico de independência, também desempenha um papel fundamental na construção e manutenção das relações internacionais do Brasil. A celebração dessa data histórica não se limita apenas ao âmbito nacional, mas também se projeta além das fronteiras, influenciando a percepção internacional do país e suas relações diplomáticas (Lima, 2021).

A data é frequentemente destacada nas estratégias de diplomacia cultural brasileira como um símbolo de resistência e luta pela liberdade, utilizado para promover a imagem do Brasil no exterior. Através de eventos culturais, exposições e intercâmbios, o governo brasileiro busca difundir a história e os valores associados ao 2 de Julho, fortalecendo assim os laços de amizade e cooperação com outros países (Oliveira, 2022).

### 3.2 PERMANÊNCIAS HISTÓRICAS E SUA RELEVÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

Para compreender a relevância da independência da Bahia na contemporaneidade, é imprescindível analisar os aspectos históricos que a cercam e como esses eventos influenciaram a formação do Estado brasileiro e suas relações com outras nações. De acordo com Santos (2019), a independência da Bahia não se limitou apenas a uma questão local, mas teve repercussões em todo o território brasileiro, consolidando o processo de emancipação política do país.

Além disso, conforme destacado por Costa (2022), a resistência dos baianos contra as tropas portuguesas durante a Guerra da Independência serviu de inspiração para outros movimentos de libertação ao redor do mundo, influenciando, por exemplo, os processos de independência na América Latina e em outras regiões colonizadas.

No contexto contemporâneo, a independência da Bahia continua a ser celebrada como um símbolo de resistência e luta pela liberdade, influenciando a construção da identidade baiana e brasileira, como se observa na continuidade das manifestações culturais, no fortalecimento das tradições populares e na valorização dos heróis históricos que participaram desse movimento. Essas celebrações ajudam a manter vivo o espírito de unidade e a memória coletiva, funcionando como um elo entre o passado de luta e o presente, em que os ideais de liberdade, igualdade e resistência permanecem relevantes para a identidade local e nacional. As festividades do 2 de Julho, data da independência, são um reflexo dessa memória coletiva e servem como espaço de afirmação cultural e política (Souza, 2023).

Além disso, a independência da Bahia tem implicações significativas nas relações internacionais do Brasil. Segundo Oliveira (2021), o reconhecimento da independência por parte de outras nações foi fundamental para a legitimação do novo Estado brasileiro no cenário internacional, estabelecendo relações diplomáticas e comerciais que moldaram sua inserção no sistema internacional.

Além disso, a independência da Bahia influenciou a formação do Estado brasileiro e suas instituições políticas. Conforme Lima (2018), os princípios de autonomia e soberania defendidos durante a Guerra da Independência foram incorporados à Constituição brasileira de 1824, estabelecendo as bases para a organização do Estado e o exercício do poder político no país.

### 3.3 IMPACTO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DESSE PATRIMÔNIO

A invisibilidade das mulheres na construção do patrimônio histórico, especialmente no contexto da Independência da Bahia, é um tema que merece ser cuidadosamente analisado sob diferentes perspectivas. Ao longo dos séculos, a narrativa histórica tendeu a negligenciar ou minimizar o papel das mulheres em eventos significativos, relegando-as muitas vezes ao anonimato ou a papéis secundários. No entanto, é imperativo reconhecer que as mulheres desempenharam papéis essenciais em momentos cruciais da história, e a Independência da Bahia não é exceção.

Para compreender o impacto da invisibilidade das mulheres nesse processo histórico, é necessário recorrer a uma série de fontes históricas e análises acadêmicas. Um estudo de Janaína Amado (2019), por exemplo, destaca a participação das mulheres nas lutas pela independência na Bahia, evidenciando seu envolvimento em atividades políticas e de resistência. Amado

ressalta que, embora muitas vezes esquecidas ou marginalizadas nas narrativas tradicionais, as mulheres desempenharam um papel significativo nos bastidores desses eventos históricos.

Além disso, a obra de Maria Beatriz Nizza da Silva (2020) lança luz sobre as estratégias de resistência adotadas pelas mulheres durante o período colonial no Brasil, demonstrando como elas contribuíram para a manutenção da cultura e identidade afro-brasileira, que desempenhou um papel crucial na luta pela independência. Nizza da Silva argumenta que a invisibilidade das mulheres nesse contexto histórico resulta não apenas de preconceitos de gênero, mas também de uma narrativa histórica que tende a privilegiar certas perspectivas em detrimento de outras.

Ademais, é importante considerar o impacto da invisibilidade das mulheres na construção do patrimônio histórico no que diz respeito à percepção pública e à memória coletiva. Um estudo de Maria José Reis (2018) destaca como a ausência de figuras femininas proeminentes nas representações históricas pode perpetuar estereótipos de gênero e reforçar desigualdades sociais. Reis argumenta que reconhecer o papel das mulheres na história não apenas enriquece nossa compreensão do passado, mas também promove uma maior igualdade de gênero na sociedade contemporânea.

Portanto, é evidente que a invisibilidade das mulheres na construção do patrimônio histórico, especialmente no contexto da Independência da Bahia, tem repercussões significativas que vão além do âmbito histórico. Reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres para eventos históricos importantes não só corrige distorções na narrativa histórica, mas também promove uma compreensão mais abrangente e inclusiva do passado.

## **4 A MULHER NA HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA**

Nesta oportunidade se fará um resgate da participação feminina nos eventos que culminaram na independência da Bahia. Por meio da análise de fontes históricas e documentos relevantes, será explorado o papel desempenhado pelas mulheres nesse contexto histórico, destacando suas contribuições e experiências muitas vezes silenciadas pela historiografia tradicional. Além disso, serão discutidos os motivos que levaram ao apagamento histórico das mulheres nesse episódio, bem como suas implicações na compreensão e na construção da narrativa histórica da independência.

### **4.1 RESGATE DO PAPEL DAS MULHERES NOS EVENTOS QUE CULMINARAM NA INDEPENDÊNCIA**

A participação das mulheres na Independência da Bahia foi significativa, porém negligenciado em nossa historiografia. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o contexto social e político na Bahia estava impregnado de tensões decorrentes do sistema colonial e das aspirações por autonomia. Nesse cenário, as mulheres, apesar das restrições sociais e legais que enfrentavam, encontraram maneiras de contribuir para os movimentos de resistência e emancipação.

Um aspecto importante a considerar é a atuação das mulheres na esfera doméstica e comunitária, onde desempenhavam papéis essenciais na transmissão de valores patrióticos e na organização de atividades clandestinas. Conforme destacado por Santos (2020), as mulheres muitas vezes eram responsáveis por manter redes de comunicação entre os diferentes grupos envolvidos na luta pela independência, compartilhando informações e estratégias de resistência.

Exemplo emblemático é o de Maria Quitéria, que se vestiu de homem e se alistou no exército para lutar pela independência. Seu caso, embora singular, ilustra a disposição das mulheres em desafiar as normas de gênero estabelecidas em prol de uma causa maior.

A marginalização das mulheres na história da luta pela independência é evidente na seleção das fontes e exemplos disponíveis. Souza (2022) aponta que a historiografia tradicional privilegia os feitos masculinos, negligenciando as contribuições de mulheres que tiveram papéis significativos, mas pouco reconhecidos. Algumas das fontes históricas que seguem essa linha incluem cartas oficiais, registros militares e relatórios de batalhas, que frequentemente são centrados nas figuras masculinas, como generais e líderes políticos, e omitem as ações de mulheres.

Um exemplo clássico dessa marginalização é o caso de Maria Quitéria, que lutou disfarçada de homem no Exército Imperial e teve suas contribuições pouco divulgadas em fontes oficiais na época. Embora Quitéria tenha sido reconhecida posteriormente, sua história é um caso isolado frente às inúmeras outras mulheres que participaram de maneira anônima, como as "mulheres do campo" que forneceram apoio logístico, cuidado médico e até participaram de ações armadas, mas não foram documentadas adequadamente.

Além disso, figuras como Joana Angélica e Maria Felipa, que tiveram papéis importantes na resistência à invasão portuguesa na Bahia, foram subrepresentadas ou até ignoradas em registros históricos. Isso reflete uma tendência das fontes de valorizar feitos diretamente ligados ao combate e às decisões políticas — esferas dominadas por homens —, deixando de lado as contribuições femininas que não se enquadram nesse perfil tradicional de herói.

Essas exclusões evidenciam uma narrativa androcêntrica que predominou por muito tempo na historiografia, como indicado por Souza (2022), perpetuando uma visão limitada sobre os participantes reais das lutas de independência

Diante disso, é fundamental resgatar o papel das mulheres nos eventos que culminaram na Independência da Bahia, reconhecendo sua importância e valorizando suas contribuições. Somente através de uma abordagem inclusiva e equitativa da história poderemos compreender verdadeiramente as complexidades e nuances desse período crucial para a formação do Brasil como nação independente.

#### 4.2 ANÁLISE DE FONTES HISTÓRICAS QUE EVIDENCIAM A PARTICIPAÇÃO FEMININA

Fontes primárias, como cartas e relatos de contemporâneos, oferecem um rico material para a análise da participação feminina na Independência da Bahia. Essas fontes revelam a amplitude da contribuição das mulheres, desde o apoio logístico até a participação direta nos combates. Na figura 1, tem-se a representação fotográfica de algumas dessas mulheres.

**Figura 1** - Maria Quitéria, Maria Felipa e Joana Angélica, respectivamente.



Fonte: CNN Brasil (2023).

O jornalista Eduardo Bueno, autor de *Dicionário da Independência — 200 Anos em 200 Verbetes*, publicou na BBC News Brasil um relato do que se tinha para a época (BBC News Brasil, 2024, *online*):

No dia 1º de abril de 1823, ao lado de outras mulheres, Maria Quitéria, com água quase até o pescoço, avançou em direção a uma barca portuguesa e impediu o desembarque dos que não reconheciam a Independência. Dom Pedro I a condecorou com a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

A pesquisa histórica também tem se beneficiado de novos enfoques metodológicos, como a análise de gênero, que permite uma reinterpretação das fontes tradicionais à luz das experiências e perspectivas femininas. A aplicação da perspectiva de gênero nas pesquisas sobre a Independência da Bahia tem revelado aspectos até então negligenciados pela historiografia tradicional, como a contribuição das mulheres negras e indígenas, cuja participação foi crucial para a resistência contra a dominação portuguesa (Andrade, 2021).

A valorização da memória dessas mulheres é essencial para uma compreensão mais abrangente e justa da história da Independência da Bahia. O resgate de suas histórias, através de fontes históricas e pesquisas acadêmicas contemporâneas, contribui para a construção de uma narrativa mais inclusiva e representativa do papel feminino na formação do Brasil independente. A história da Independência da Bahia não pode ser plenamente entendida sem o reconhecimento da participação ativa e decisiva das mulheres, cujas ações e sacrifícios foram fundamentais para o sucesso da causa independentista (Almeida, 2018).

Ao incluir as histórias dessas mulheres na narrativa da Independência da Bahia, reconhece-se a diversidade de papéis que elas desempenharam, seja como combatentes, líderes de movimentos ou apoiadoras essenciais à causa. Isso corrige distorções históricas que, por muito tempo, invisibilizaram suas contribuições. Além disso, essa valorização reforça a importância de uma análise crítica das fontes históricas, incentivando pesquisas que busquem dar voz a grupos marginalizados, como as mulheres, cuja participação é muitas vezes ignorada em relatos tradicionais sobre os eventos históricos (Santos, 2020).

#### 4.3 REFLEXÃO SOBRE OS MOTIVOS DO SILENCIAMENTO HISTÓRICO E SUAS IMPLICAÇÕES

A reflexão sobre os motivos do silenciamento histórico da participação das mulheres na Independência da Bahia revela uma complexidade de fatores sociais, culturais e políticos que contribuíram para a marginalização das contribuições femininas neste período da história brasileira. Historicamente, as narrativas dominantes têm sido escritas por e para homens, resultando em uma visão patriarcal que subestima ou até mesmo ignora as realizações das mulheres. Este fenômeno de silenciamento pode ser atribuído a várias razões, desde a estrutura patriarcal da sociedade colonial até a falta de reconhecimento oficial das contribuições femininas nos registros históricos (Ferreira, 2021).

No contexto da Independência da Bahia, o papel das mulheres foi significativo, mas amplamente desconsiderado nas crônicas históricas. Muitas mulheres baianas estiveram ativamente envolvidas na resistência contra as forças portuguesas, desempenhando papéis fundamentais tanto no apoio logístico quanto na participação direta nos combates. No entanto, a historiografia tradicional frequentemente relegou essas figuras ao esquecimento, priorizando as ações dos heróis masculinos e das batalhas travadas pelos homens (Santos, 2019).

A estrutura social patriarcal da época colonial brasileira foi uma das principais razões para o silenciamento das mulheres. A estrutura social patriarcal da época colonial brasileira foi um dos principais fatores responsáveis pelo silenciamento das mulheres, uma vez que o patriarcado estabelecia uma hierarquia rígida de poder que subordinava o feminino ao masculino (Oliveira; Lima, 2020). Nesse contexto, as mulheres eram vistas principalmente como responsáveis pela esfera privada, relegadas ao papel de mães e esposas, com suas vozes e ações sendo constantemente controladas pelos homens — fossem eles maridos, pais ou autoridades religiosas e políticas. Esse sistema de dominação era reforçado por instituições jurídicas, religiosas e culturais que legitimavam o controle masculino sobre a vida das mulheres,

limitando seu acesso à educação, ao trabalho fora do ambiente doméstico e, conseqüentemente, à participação ativa na vida pública e política (Santos, 2019).

Esse silenciamento não era apenas uma questão de exclusão formal das mulheres dos processos de decisão, mas envolvia também a construção de uma narrativa histórica que apagava ou minimizava as suas contribuições. As mulheres que, por ventura, atuavam em espaços públicos, ou que desempenhavam papéis relevantes em movimentos sociais e políticos, muitas vezes eram estigmatizadas e vistas como figuras "transgressoras" de seu papel social pré-determinado. A historiografia tradicional, dominada por homens, perpetuava essa invisibilidade, relegando as ações femininas à marginalidade ou as limitando a registros esparsos e pouco detalhados (Oliveira; Lima, 2020).

Além disso, a Igreja Católica, que possuía grande influência sobre a sociedade colonial, reforçava a ideia de que o lugar da mulher era dentro do lar, cumprindo o papel de esposa submissa e mãe dedicada, conforme os preceitos religiosos da época. Isso consolidava a ideia de que a participação feminina na esfera pública era inapropriada e contrária à ordem natural das coisas. Mesmo quando mulheres se destacavam por suas ações políticas ou sociais, seus feitos eram frequentemente ofuscados ou reinterpretados de maneira a reforçar estereótipos de fragilidade e dependência, o que resultava em uma sub-representação de sua importância histórica (Santos, 2019).

Esse quadro também era exacerbado pelas leis e costumes que limitavam as possibilidades de atuação feminina. As mulheres, por exemplo, raramente tinham direito à propriedade e à educação formal, o que restringia suas oportunidades de se tornarem figuras influentes em suas comunidades. Nos poucos casos em que algumas conseguiam romper com essas barreiras, muitas vezes eram silenciadas ou tinham suas realizações atribuídas a homens. Esse processo de apagamento histórico se consolidou ao longo dos séculos, perpetuando a marginalização da presença feminina em relatos oficiais da história, incluindo episódios importantes como a independência do Brasil (Ferreira, 2021).

A estrutura patriarcal, portanto, não apenas silenciava as mulheres em termos de suas experiências cotidianas e oportunidades de vida, mas também moldava a forma como suas contribuições seriam registradas ou esquecidas na memória coletiva. Somente recentemente, com o avanço de pesquisas históricas feministas e a valorização de fontes alternativas, como relatos orais e documentos privados, tem sido possível reconstituir parte dessa história e dar visibilidade às mulheres que, apesar das adversidades, participaram de maneira ativa e decisiva em processos históricos cruciais para a formação do Brasil (Oliveira; Lima, 2020).

A sociedade era rigidamente dividida em esferas públicas e privadas, com as mulheres confinadas principalmente à esfera doméstica, o que restringia sua visibilidade pública. Mesmo quando as mulheres transcendiam esses limites e contribuíam significativamente para eventos históricos, sua participação era minimizada ou omitida (Oliveira; Lima, 2020). Esta exclusão sistemática das narrativas históricas não apenas apagou a contribuição das mulheres, mas também perpetuou a desigualdade de gênero ao longo das gerações (Santos, 2019).

As implicações desse silenciamento são profundas e duradouras. Em primeiro lugar, ele distorce a compreensão da história e perpetua uma narrativa incompleta que marginaliza a experiência feminina. Ao excluir as mulheres da história oficial, perpetua-se a ideia de que elas não desempenharam papéis importantes nos processos históricos, o que reforça a desigualdade de gênero na sociedade contemporânea. A invisibilidade histórica das mulheres contribui para a manutenção de estruturas de poder patriarcais, uma vez que nega às mulheres modelos de referência e inspiração (Ferreira, 2021).

A revisão e a reescrita da história para incluir as vozes e as experiências das mulheres são passos cruciais para corrigir essas injustiças. Estudos recentes têm se concentrado em recuperar e valorizar as contribuições femininas em diversos contextos históricos, incluindo a Independência da Bahia. Souza (2022) enfatiza a importância de reconhecer a resistência organizada por mulheres negras, que enfrentaram não apenas a opressão colonial, mas também o racismo e o sexismo inerentes à sociedade da época. Esse tipo de pesquisa não só resgata a memória das mulheres, mas também enriquece a compreensão histórica, oferecendo uma visão mais completa e equitativa do passado.

Portanto, a reflexão sobre o silenciamento das mulheres na Independência da Bahia e suas implicações atuais é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao reconhecer e valorizar as contribuições femininas, desafiamos as narrativas patriarcais e promovemos uma revisão crítica da história que inclui todas as vozes e experiências. Este processo é essencial para a promoção da igualdade de gênero e para a formação de uma identidade nacional mais inclusiva e representativa da diversidade do povo brasileiro.

## **5 INDEPENDÊNCIA DA BAHIA: INTERSEÇÃO ENTRE GÊNERO, CLASSE SOCIAL E RAÇA**

Este capítulo cuidará de construir a interrelação entre gênero, classe social e raça na participação das mulheres durante o processo de independência da Bahia. Por meio de uma abordagem interseccional, serão analisadas as diferentes experiências e vivências das mulheres, considerando não apenas o seu gênero, mas também a sua posição social e racial. Será discutido como esses fatores influenciaram as oportunidades, os desafios e as estratégias de resistência das mulheres, destacando a importância de uma compreensão mais complexa e inclusiva da sua contribuição para a história da Independência da Bahia.

### **5.1 ABORDAGEM INTERSECCIONAL DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA**

A Independência da Bahia, ocorrida em 2 de julho de 1823, é um marco crucial na história do Brasil, sendo frequentemente subestimada em termos de reconhecimento histórico. A abordagem interseccional da participação das mulheres nesse evento revela a complexidade e a diversidade das experiências femininas, bem como a interseção de diversas formas de opressão e resistência. Esta reflexão explora como as mulheres, especialmente aquelas de origem africana e indígena, contribuíram significativamente para a luta pela independência baiana, enfrentando múltiplas camadas de discriminação e violência, ao mesmo tempo em que desempenhavam papéis cruciais na resistência.

As mulheres na Bahia, durante o processo de independência, enfrentaram uma sociedade profundamente patriarcal e colonial, onde sua participação na esfera pública era frequentemente invisibilizada. No entanto, figuras como Maria Quitéria e Joana Angélica emergem como símbolos de coragem e resistência. Maria Quitéria, por exemplo, disfarçou-se de homem para se alistar nas forças de libertação, demonstrando a determinação e a coragem que muitas mulheres compartilharam (Santos, 2020). Essa transgressão das normas de gênero da época não só desafiou a estrutura patriarcal, mas também subverteu as expectativas sociais sobre o papel das mulheres na guerra e na política.

Além das figuras mais conhecidas, a participação das mulheres negras e indígenas foi fundamental, embora muitas vezes negligenciada nos relatos históricos. Essas mulheres não apenas participaram das batalhas, mas também atuaram como estrategistas, mensageiras e provedoras de recursos. A historiadora Ana Maria Gonçalves destaca que as mulheres

escravizadas e libertas utilizaram suas redes sociais e comunitárias para apoiar os esforços de independência, organizando fugas, escondendo combatentes e disseminando informações cruciais (Gonçalves, 2019). A interseccionalidade aqui é evidente, pois essas mulheres enfrentavam a tripla opressão de gênero, raça e classe.

A abordagem interseccional também nos permite compreender como as diversas identidades das mulheres influenciaram suas experiências e estratégias de resistência. As mulheres indígenas, por exemplo, trouxeram consigo tradições e conhecimentos específicos que enriqueceram a luta pela independência. Elas utilizaram suas habilidades em medicina tradicional e conhecimento do território para auxiliar os combatentes, oferecendo suporte logístico e médico (Martins, 2021). Essa contribuição crucial, no entanto, é frequentemente ofuscada pela narrativa dominante que privilegia figuras masculinas e brancas.

Os estudos contemporâneos no campo das relações internacionais e da história têm reconhecido cada vez mais a importância de uma abordagem interseccional para entender os eventos históricos. Segundo Crenshaw (1989), a interseccionalidade é uma ferramenta analítica essencial para compreender como diferentes formas de opressão interagem e se reforçam mutuamente. Essa perspectiva nos ajuda a ver como as mulheres da Bahia não eram apenas vítimas passivas das circunstâncias coloniais, mas agentes ativos de mudança, cuja contribuição foi fundamental para o sucesso da independência.

A invisibilização histórica da participação das mulheres na Independência da Bahia é uma consequência direta das estruturas de poder que moldaram a historiografia tradicional. A narrativa histórica dominante, construída em grande parte por homens brancos, tende a minimizar ou ignorar as contribuições das mulheres, especialmente aquelas de grupos marginalizados. No entanto, uma análise interseccional revela que essas mulheres não apenas estavam presentes, mas desempenharam papéis essenciais e multifacetados na luta pela independência.

Através de uma análise crítica e interseccional, é possível resgatar essas histórias e reconhecer a contribuição das mulheres na construção da nação brasileira. As mulheres baianas, em sua diversidade de origens e experiências, mostraram que a luta pela liberdade e justiça social é um esforço coletivo que transcende as barreiras de gênero, raça e classe. Reconhecer e valorizar essa participação é crucial para uma compreensão mais completa e justa da história brasileira.

## 5.2 DISCUSSÃO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, CLASSE SOCIAL E RAÇA NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA

A história da Independência da Bahia é uma narrativa rica e complexa, repleta de elementos que abrangem gênero, classe social e raça. Para entender completamente esse evento, é essencial considerar como essas dimensões se entrelaçam e moldam a participação e a representatividade dos diferentes grupos sociais. A tradicional historiografia brasileira frequentemente marginalizou as contribuições das mulheres, dos negros e das classes trabalhadoras, privilegiando uma visão centrada nas elites brancas masculinas. No entanto, abordagens contemporâneas vêm desafiando essa perspectiva, buscando trazer à tona as vozes e ações daqueles que foram historicamente silenciados.

A participação das mulheres na Independência da Bahia, por exemplo, tem sido frequentemente subestimada. Estudos recentes revelam que as mulheres desempenharam papéis cruciais, tanto na linha de frente quanto nos bastidores, fornecendo apoio logístico, espionagem e propaganda. Segundo Silva (2019), a invisibilidade das mulheres na história oficial não é apenas uma questão de omissão, mas de uma construção deliberada que reflete as dinâmicas de poder patriarcais. Mulheres como Maria Quitéria e Joana Angélica são exemplos notáveis de figuras que desafiaram as normas de gênero da época, mas suas histórias são muitas vezes romantizadas ou minimizadas em narrativas históricas tradicionais.

A questão racial também é central para a compreensão da Independência da Bahia. A Bahia, com sua significativa população afrodescendente, foi palco de um movimento que envolveu escravizados e libertos, cujo papel foi fundamental na luta pela liberdade. No entanto, a historiografia dominante frequentemente desconsidera a contribuição dos negros, relegando-os a uma posição de coadjuvantes na narrativa da independência. De acordo com Almeida (2020), a luta pela independência na Bahia foi, em muitos aspectos, uma continuação das resistências negras contra a escravidão e a opressão colonial. A participação ativa de líderes negros e de quilombolas ilustra a interseção entre a luta pela independência política e a busca pela libertação racial.

Além disso, a classe social desempenhou um papel significativo na configuração das alianças e dos conflitos durante o processo de independência. A elite econômica da Bahia, composta principalmente por grandes proprietários de terra e comerciantes, tinha interesses distintos daqueles das classes populares. Esses interesses divergentes se refletiram nas estratégias e nos objetivos das diferentes facções envolvidas na luta. Souza (2021) argumenta que a independência foi, em parte, um movimento de preservação dos privilégios da elite local,

que buscava maior autonomia em relação a Portugal, mas não necessariamente uma transformação radical das estruturas sociais e econômicas. Assim, os interesses das classes trabalhadoras e dos escravizados foram muitas vezes subordinados aos das elites, tanto na narrativa histórica quanto nas políticas pós-independência.

É importante destacar que a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social na Independência da Bahia não apenas revela as complexidades do passado, mas também ilumina as desigualdades persistentes na sociedade brasileira contemporânea. A marginalização histórica de mulheres, negros e trabalhadores ecoa nas lutas atuais por reconhecimento, igualdade e justiça social. Ao recuperar essas vozes esquecidas e reconhecer suas contribuições, podemos construir uma narrativa histórica mais inclusiva e representativa.

A construção dessa narrativa inclusiva exige uma revisão crítica das fontes históricas e uma abordagem metodológica que valorize a diversidade de experiências e perspectivas. Conforme argumenta Ribeiro (2018), a história da Independência da Bahia deve ser reescrita para incluir as múltiplas vozes que foram sistematicamente excluídas. Isso envolve não apenas a análise de documentos históricos tradicionais, mas também a valorização de fontes orais, memórias comunitárias e outras formas de registro que capturam as experiências das pessoas comuns.

## 6 A INVISIBILIDADE DA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Neste capítulo será abordada a problemática da invisibilidade da Independência da Bahia nos livros didáticos, destacando a escassez de informações e o tratamento superficial dado a esse evento histórico significativo. Por meio de uma análise crítica dos materiais didáticos utilizados nas escolas baianas, serão identificadas lacunas e silenciamentos que contribuem para a perpetuação de uma narrativa histórica incompleta e distorcida. Este capítulo servirá como ponto de partida para compreender os desafios enfrentados na representação adequada da Independência da Bahia, especialmente no que se refere ao papel das mulheres nesse contexto histórico. A fim de realizar um estudo bem direcionado, foram selecionados três livros didáticos que servirão de base para a análise. O primeiro livro se chama “História: Sociedade & Cidadania” de Alfredo Boulos; o segundo é “Araribá Mais História”, uma obra coletiva cuja editora responsável é Ana Claudia Fernandes; e Saber + História, da editora FTD.

### 6.1 PANORAMA DA REPRESENTAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DA BAHIA NOS LIVROS DIDÁTICOS

A Independência da Bahia, ocorrida em 2 de julho de 1823, é um evento de extrema relevância no contexto da independência do Brasil, representando um marco na luta pela libertação do domínio colonial português. Contudo, a representação desse evento nos livros didáticos tem sido objeto de debates, especialmente no que tange à visibilidade dos diversos atores sociais envolvidos e à profundidade com que são abordadas suas implicações políticas, sociais e culturais. Ao analisarmos como os livros didáticos retratam a Independência da Bahia, é possível identificar tanto avanços quanto lacunas significativas.

Nos últimos anos, a historiografia tem avançado na inclusão de diferentes perspectivas sobre a Independência da Bahia, destacando não apenas as batalhas e os líderes militares, mas também a participação das camadas populares, incluindo escravos, mulheres e indígenas. Esses avanços, contudo, nem sempre se refletem plenamente nos livros didáticos. Estudos recentes indicam que, embora haja uma tendência crescente de incluir narrativas mais inclusivas, muitos materiais educativos ainda adotam uma abordagem tradicional, centrada nos grandes feitos militares e políticos, frequentemente negligenciando a diversidade dos atores sociais envolvidos (Mendes, 2019).

A análise de livros didáticos de história publicados entre 2018 e 2024 revela que a narrativa sobre a Independência da Bahia frequentemente enfatiza figuras como Maria Quitéria

e Joana Angélica, mulheres que se destacaram pela sua coragem e papel ativo nas batalhas. No entanto, essa representação ainda é, por vezes, superficial, não explorando suficientemente a complexidade de suas contribuições e o contexto social em que estavam inseridas. Conforme apontado por Silva (2020), a representação dessas mulheres, embora significativa, tende a ser heroica e simbólica, sem um aprofundamento crítico sobre as condições sociais e políticas que possibilitaram sua atuação e a resistência que enfrentaram.

Além disso, há uma tendência nos livros didáticos de apresentar a Independência da Bahia como um evento isolado, sem uma contextualização adequada dentro do panorama mais amplo das lutas pela independência na América Latina. Essa abordagem limita a compreensão dos alunos sobre as interconexões entre os movimentos de independência na região e as influências externas, especialmente as europeias, que moldaram esses processos. Segundo Ribeiro (2021), é fundamental que os materiais didáticos integrem análises comparativas que situem a Independência da Bahia dentro do contexto das independências latino-americanas, destacando as trocas de ideias e estratégias entre os movimentos revolucionários da época.

Os livros didáticos recentes também apresentam avanços na inclusão de aspectos econômicos e sociais que influenciaram a Independência da Bahia. Estudos como o de Costa (2022) ressaltam que a economia da região, baseada na produção de açúcar e algodão, e a estrutura social fortemente marcada pela escravidão, tiveram papel crucial no desenrolar dos acontecimentos. Essa perspectiva econômica é essencial para uma compreensão mais completa das motivações e dos impactos da independência. No entanto, ainda há uma necessidade de aprofundar as discussões sobre como essas estruturas econômicas afetaram diferentes grupos sociais e como a independência alterou (ou manteve) as dinâmicas de poder e exploração.

Um aspecto que merece destaque é a representação da participação das populações afrodescendentes e indígenas na luta pela independência. Segundo Souza (2018), apesar de avanços na historiografia, os livros didáticos ainda sub-representam esses grupos, frequentemente relegando-os a papéis secundários ou invisíveis. A inclusão de narrativas que evidenciam a agência dessas populações é fundamental para uma compreensão mais justa e inclusiva da história. O trabalho de Oliveira (2019) exemplifica como os quilombolas, por exemplo, desempenharam um papel vital na resistência contra as forças coloniais, mas essa contribuição muitas vezes não recebe a devida atenção nos materiais educativos.

Outro ponto crítico na análise dos livros didáticos é a maneira como são apresentados os impactos da independência sobre as mulheres. Conforme analisado por Almeida (2020), a participação feminina é frequentemente retratada de forma pontual, destacando algumas figuras heroicas sem abordar de maneira abrangente as experiências e os desafios enfrentados pelas

mulheres comuns. Isso cria uma narrativa que, embora reconheça a presença feminina, não oferece uma visão completa sobre como a independência afetou a vida cotidiana das mulheres e suas posições sociais e políticas.

A representação da Independência da Bahia nos livros didáticos, portanto, apresenta uma mescla de avanços e desafios. Há uma crescente inclusão de perspectivas diversas e uma maior atenção às contribuições de diferentes grupos sociais, mas ainda persistem lacunas significativas que limitam uma compreensão plena e crítica do evento. A inclusão de análises comparativas, a valorização das contribuições das populações afrodescendentes e indígenas, e uma abordagem mais aprofundada sobre os impactos econômicos e sociais são passos essenciais para melhorar a representação desse marco histórico nos materiais educativos.

### **6.1.1 Livro didático 1: História: Sociedade & Cidadania**

O capítulo 9 do livro didático "História: Sociedade & Cidadania", intitulado "O Reinado de D. Pedro I: Uma Cidadania Limitada", inicia com o Hino da Bahia e uma imagem comemorativa do Dia 2 de Julho de 2004, destacando a importância da celebração da Independência da Bahia. Essa abordagem inicial sugere um reconhecimento da relevância do evento não apenas no contexto baiano, mas também nacional, simbolizando um marco significativo na luta pela independência do Brasil.

A escolha do Hino da Bahia como abertura do capítulo é uma decisão didática que carrega um profundo simbolismo. O hino, uma peça de exaltação patriótica, imediatamente remete o leitor ao fervor e ao orgulho do povo baiano pela sua contribuição à independência do país. A imagem comemorativa do 2 de Julho, dia da Independência da Bahia, reforça visualmente essa celebração, conectando o presente ao passado e mantendo viva a memória da luta pela liberdade.

No entanto, ao analisar o tratamento dado à Independência da Bahia ao longo das 15 páginas do capítulo, percebe-se que apenas duas páginas são dedicadas especificamente ao 2 de Julho. Isso levanta questões sobre o espaço destinado ao aprofundamento de um evento histórico tão crucial. Embora o livro didático reconheça a importância do 2 de Julho, o limitado espaço reservado para sua análise detalhada pode ser visto como insuficiente para transmitir a complexidade e o impacto desse evento.

O conteúdo apresentado nas duas páginas dedicadas ao 2 de Julho resume os principais acontecimentos e figuras envolvidas na luta pela independência na Bahia. Ele contextualiza o movimento no cenário mais amplo das lutas pela independência no Brasil, destacando a

resistência local e a participação ativa do povo baiano. No entanto, a brevidade do texto não permite um exame aprofundado das causas, dos desdobramentos e das consequências desse movimento.

Apesar da concisão, o livro didático tenta compensar a limitação de espaço sugerindo leituras complementares e documentários sobre o tema. Essa estratégia busca incentivar os alunos a explorar o assunto mais detalhadamente por meio de outras fontes, reconhecendo implicitamente a insuficiência do tratamento dado ao tema nas páginas do capítulo. A indicação de livros e documentários adicionais é uma prática pedagógica válida, pois amplia o horizonte de conhecimento dos estudantes e promove uma compreensão mais completa e diversificada da história.

O destaque dado ao 2 de Julho no início do capítulo, com o hino e a imagem comemorativa, parece contrastar com a falta de profundidade no restante do texto. Isso pode refletir um equilíbrio delicado que os autores do livro tentam manter entre a necessidade de cobrir um vasto período histórico e a limitação de espaço disponível em um livro didático. O evento é reconhecido como marcante, mas o detalhamento histórico é sacrificado em favor de uma visão panorâmica do período.

Essa abordagem levanta uma questão importante sobre a função e o objetivo dos livros didáticos. Eles são, por natureza, sínteses do conhecimento histórico, destinados a oferecer uma visão geral que possa ser complementada por outras fontes de informação. No entanto, quando se trata de eventos cruciais como a Independência da Bahia, é fundamental que o material didático ofereça mais do que um mero reconhecimento. Ele deve proporcionar aos estudantes uma compreensão profunda e crítica das circunstâncias, das forças e das figuras envolvidas, possibilitando uma apreciação completa do seu significado histórico.

A Independência da Bahia, celebrada no 2 de Julho, é um evento que simboliza a luta pela liberdade e pela autodeterminação. Ele representa a resistência e a coragem do povo baiano e, por extensão, do povo brasileiro, na busca por sua independência. A forma como esse evento é apresentado nos livros didáticos influencia diretamente a percepção e a valorização histórica que os alunos desenvolvem.

Portanto, apesar do reconhecimento inicial e das sugestões de leituras complementares, o tratamento breve e superficial dado à Independência da Bahia no capítulo 9 de "História: Sociedade & Cidadania" evidencia uma necessidade de reavaliar o espaço e a profundidade dedicados a eventos históricos significativos nos materiais didáticos. É essencial que esses eventos sejam explorados com a profundidade e a atenção que merecem, garantindo que os estudantes tenham uma compreensão rica e detalhada da história de seu país.

### 6.1.2 Livro didático 2: Araribá Mais História

O livro didático "Araribá Mais História", em seu capítulo 10, intitulado "O Primeiro Reinado", apresenta uma abordagem extremamente superficial sobre a Independência da Bahia. Ao analisar o conteúdo desse capítulo, é evidente que a importância desse evento histórico não é adequadamente destacada, recebendo apenas um breve parágrafo que falha em capturar a profundidade e a complexidade do movimento.

Logo na primeira página do capítulo, encontra-se a obra "O primeiro passo para a Independência da Bahia", pintada por Antonio Parreiras em 1931. Embora a inclusão desta obra seja significativa, pois visualmente ressalta a importância do evento, a falta de contextualização e análise da pintura limita seu impacto educativo. A imagem, por si só, não é suficiente para transmitir a complexidade das lutas e das forças sociais em jogo durante a Independência da Bahia.

Na página seguinte, a narrativa sobre a Independência da Bahia é reduzida a um parágrafo que menciona de forma muito resumida a participação popular nas batalhas contra as tropas portuguesas, com apoio de oficiais ingleses, e destaca a figura de Maria Quitéria, uma mulher que se vestiu de soldado e se alistou voluntariamente no exército brasileiro. Este parágrafo, no entanto, não explora o contexto político e social da época, nem o impacto profundo da participação popular e feminina na luta pela independência.

A brevidade e a superficialidade com que a Independência da Bahia é tratada contrastam fortemente com a importância do evento na história do Brasil. O conflito terminou em 2 de julho de 1823, data que passou a ser comemorada como o Dia da Independência da Bahia. Contudo, essa comemoração não é devidamente explicada no livro, deixando os estudantes sem uma compreensão clara do significado e das consequências desse evento para a formação da nação brasileira.

O papel crucial de figuras como Maria Quitéria também é subestimado. Maria Quitéria é uma das primeiras mulheres a lutar no exército brasileiro e seu exemplo de bravura e determinação é uma oportunidade perdida para discutir a contribuição feminina na história do Brasil. A história de seu alistamento e participação nas batalhas poderia ser expandida para inspirar discussões sobre o papel das mulheres nas lutas de independência e em outros movimentos sociais.

Além disso, a presença dos oficiais ingleses é mencionada de forma breve e sem maiores explicações, deixando de lado as implicações internacionais do conflito e como a geopolítica da época influenciou os eventos no Brasil. A vitória das forças inglesas e imperiais é

mencionada sem detalhar as batalhas, estratégias militares, ou a resistência das tropas portuguesas e dos apoiadores locais.

### **6.1.3 Livro didático 3: Saber + História**

A análise sobre a presença do conteúdo relativo à Independência da Bahia no livro didático "Saber + História" revela uma significativa omissão de detalhes importantes que marcaram este evento crucial na história do Brasil. A Unidade 8, intitulada "O Primeiro Reinado e o Período Regencial", apresenta uma abordagem bastante ampla e genérica do contexto histórico, sem mencionar expressamente a Independência da Bahia. Esse tratamento superficial resulta em uma lacuna significativa no entendimento dos estudantes sobre o papel vital que a Bahia desempenhou no processo de independência do Brasil.

A Bahia, particularmente a cidade de Salvador, foi palco de intensas lutas e mobilizações populares que culminaram na vitória contra as forças portuguesas em 2 de julho de 1823. Este evento, conhecido como a Independência da Bahia, é fundamental para a compreensão do processo de emancipação política do Brasil como um todo. No entanto, o livro didático em questão restringe-se a mencionar de forma vaga que dissidentes do exército português enfrentaram forças brasileiras, sem fornecer detalhes sobre a magnitude das batalhas, a participação popular, e a importância estratégica dessa vitória.

Essa abordagem genérica e descontextualizada contribui para o silenciamento histórico da participação ativa e decisiva da população baiana, incluindo homens, mulheres, e até crianças, que se engajaram nas lutas pela independência. A omissão de nomes e feitos de figuras heroicas como Maria Quitéria e Joana Angélica, que são símbolos da resistência baiana, priva os alunos de um conhecimento mais rico e profundo sobre a diversidade e a complexidade das forças que atuaram na construção da independência nacional.

Além disso, a falta de menção específica à Independência da Bahia impede que os estudantes compreendam a diversidade regional do movimento de independência. Cada região do Brasil teve suas particularidades e contribuições específicas, e a Bahia, com suas batalhas e mobilizações, oferece um exemplo vívido de como o desejo de liberdade e autonomia se manifestou de maneiras distintas e igualmente importantes em diferentes partes do país.

A análise crítica do conteúdo do livro "Saber + História" evidencia a necessidade de uma revisão curricular que inclua de forma mais detalhada e precisa os eventos ocorridos na Bahia durante o processo de independência. A inclusão de relatos específicos sobre as batalhas, as figuras históricas locais, e o contexto socioeconômico da época enriqueceria a compreensão

dos alunos sobre a formação do Brasil independente. Também destacaria a importância do protagonismo regional na história nacional, promovendo um entendimento mais inclusivo e representativo da nossa história.

Portanto, é essencial que os materiais didáticos sejam revisados para corrigir essas omissões e oferecer uma narrativa mais completa e justa sobre a Independência da Bahia. A valorização dessas histórias não só enriquece o conhecimento dos estudantes, mas também fortalece a identidade cultural e histórica dos baianos, permitindo que novas gerações reconheçam e celebrem o papel crucial que a Bahia desempenhou na construção da nação brasileira.

## 6.2 ANÁLISE CRÍTICA DA ABORDAGEM HISTÓRICA PRESENTE NOS MATERIAIS DIDÁTICOS

### 6.2.1 Livro didático 1: História: Sociedade & Cidadania

O conteúdo das duas páginas desse livro resume os principais acontecimentos e figuras da Independência da Bahia, proporcionando uma visão geral do movimento. Embora esta síntese seja útil para uma introdução rápida ao tema, ela falha em explorar as causas profundas, os desdobramentos e as consequências do evento de maneira detalhada. A brevidade do tratamento impede uma análise crítica mais profunda, essencial para que os alunos compreendam plenamente o contexto histórico e social em que a independência ocorreu.

Para mitigar essa limitação, o livro sugere leituras complementares e documentários sobre o tema. Esta estratégia é positiva, pois incentiva os alunos a buscar mais informações e a aprofundar seus conhecimentos fora do ambiente da sala de aula. No entanto, a dependência de materiais externos para cobrir lacunas significativas no conteúdo principal pode ser vista como uma falha na concepção do livro didático. Idealmente, o material principal deveria fornecer uma base sólida e abrangente, com as sugestões de leituras adicionais servindo como um complemento, e não como uma necessidade para suprir deficiências.

A estrutura do capítulo também revela uma tensão entre a necessidade de cobrir um período histórico amplo e a limitação de espaço disponível em um livro didático. Este dilema é comum em materiais educacionais, onde os autores precisam equilibrar a abrangência com a profundidade. No caso do capítulo 9, a opção parece ter sido a de oferecer uma visão panorâmica do reinado de D. Pedro I, com a Independência da Bahia ocupando um papel

secundário. Essa escolha editorial é compreensível, mas deixa a desejar quando se considera a importância histórica e simbólica do 2 de Julho.

Uma abordagem mais equilibrada poderia ter sido alcançada através de uma reestruturação do capítulo, dedicando mais espaço à análise do 2 de Julho e integrando-o de maneira mais orgânica ao contexto do reinado de D. Pedro I. Isso permitiria aos alunos ver como eventos locais específicos, como a Independência da Bahia, se inserem e influenciam o panorama nacional. Além disso, incluir mais fontes primárias e relatos contemporâneos ao evento poderia enriquecer a compreensão dos alunos sobre a diversidade de perspectivas e experiências relacionadas à independência.

A forma como a história é apresentada nos livros didáticos tem um impacto profundo na formação da consciência histórica dos alunos. Quando eventos significativos como a Independência da Bahia não recebem a devida atenção e profundidade, corre-se o risco de subestimar sua importância e de não proporcionar aos estudantes uma compreensão completa e crítica do passado. A inclusão de mais detalhes e análises aprofundadas no material didático não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também uma forma de enriquecer a educação dos alunos, proporcionando-lhes ferramentas para entender melhor o presente através do estudo do passado.

### **6.2.2 Livro didático 2: Araribá Mais História**

O livro didático "Araribá Mais História" falha em oferecer uma abordagem histórica adequada e completa sobre a Independência da Bahia, especialmente no capítulo 10, intitulado "O Primeiro Reinado". A análise crítica da forma como este evento crucial é tratado no material revela várias deficiências que comprometem a compreensão dos estudantes sobre a importância e a complexidade da Independência da Bahia.

Em primeiro lugar, a representação visual do evento é iniciada com a obra "O primeiro passo para a Independência da Bahia", de Antonio Parreiras, datada de 1931. Embora a inclusão desta pintura seja um recurso interessante para captar a atenção dos alunos, o livro não oferece uma análise detalhada ou contextualização da obra. Isso resulta em uma oportunidade perdida de discutir o simbolismo da pintura, a perspectiva do artista e a maneira como a arte pode refletir e influenciar a compreensão histórica.

Na narrativa textual, a abordagem sobre a Independência da Bahia é extremamente superficial. O livro dedica apenas um breve parágrafo para explicar o evento, mencionando de forma concisa o apoio de oficiais ingleses, a participação popular nas batalhas contra as tropas

portuguesas, e destacando a figura de Maria Quitéria. Esta narrativa falha em fornecer o contexto necessário para entender as causas, o desenvolvimento e as consequências do movimento de independência na Bahia. A falta de detalhes sobre as batalhas, as estratégias militares e a resistência local reduz a compreensão dos alunos sobre a complexidade do conflito.

Além disso, a menção à participação de Maria Quitéria é insuficiente. Maria Quitéria foi uma figura histórica de grande importância, sendo uma das primeiras mulheres a lutar no exército brasileiro. Sua história não é apenas um exemplo de bravura pessoal, mas também uma entrada significativa para discussões sobre o papel das mulheres na história do Brasil e nas lutas de independência. O livro não explora essas questões, deixando de abordar a representatividade e o impacto das ações de Maria Quitéria em um contexto mais amplo.

A presença e o apoio dos oficiais ingleses são mencionados de forma breve e sem explicações aprofundadas. Isso deixa de lado as implicações geopolíticas do conflito e como a presença estrangeira influenciou os eventos no Brasil. A vitória das forças inglesas e imperiais é apresentada sem detalhar os motivos dessa aliança, as táticas utilizadas ou a resistência encontrada. Esse tratamento superficial desconsidera a complexidade das relações internacionais da época e o impacto dessas dinâmicas no processo de independência brasileiro.

A data de 2 de julho de 1823, comemorada como o Dia da Independência da Bahia, é mencionada sem uma explicação adequada do seu significado. Os estudantes ficam sem entender plenamente porque essa data é celebrada, quais foram as consequências da vitória das forças imperiais e inglesas, e como esse evento se encaixa na narrativa mais ampla da independência do Brasil.

O livro, portanto, não cumpre seu papel de fornecer uma visão abrangente e crítica da história. Ao tratar um evento tão importante de maneira superficial, ele não prepara adequadamente os alunos para compreender as nuances e as múltiplas dimensões da história brasileira. A abordagem do livro também não incentiva o pensamento crítico ou a análise profunda dos eventos históricos, elementos essenciais para uma educação histórica completa.

### **6.2.3 Livro didático 3: Saber + História**

A abordagem histórica presente no livro didático "Saber + História" apresenta sérias deficiências, especialmente no que diz respeito ao tratamento da Independência da Bahia. A ausência de uma menção específica e detalhada sobre este evento crucial demonstra uma lacuna significativa na narrativa histórica oferecida aos estudantes. A Unidade 8, intitulada "O Primeiro Reinado e o Período Regencial", falha em abordar adequadamente a importância da

Bahia no contexto da independência do Brasil, limitando-se a uma referência genérica sobre dissidentes do exército português que enfrentaram as forças brasileiras e foram vitoriosos em 1823.

Essa abordagem superficial e descontextualizada subestima a relevância da Independência da Bahia, um evento que foi decisivo para a consolidação da independência brasileira. A luta pela independência na Bahia não foi apenas uma questão de confronto militar, mas também de mobilização popular, onde diversas camadas da sociedade, incluindo escravos, indígenas e mulheres, desempenharam papéis fundamentais. Ignorar esses aspectos é negligenciar a complexidade e a diversidade das forças sociais e políticas envolvidas no processo de independência.

A falta de detalhes e a ausência de personagens históricos importantes, como Maria Quitéria e Joana Angélica, contribuem para uma visão distorcida e incompleta da história. Maria Quitéria, por exemplo, é uma figura emblemática que desafiou as normas de gênero da época ao se vestir como homem para lutar nas batalhas pela independência. Sua omissão no livro não apenas apaga a contribuição das mulheres na história, mas também priva os estudantes de exemplos inspiradores de coragem e resistência.

Além disso, a abordagem genérica do livro dificulta a compreensão dos estudantes sobre as especificidades regionais do movimento de independência no Brasil. Cada região teve suas particularidades e contribuições distintas para a causa, e a Bahia, com sua rica história de resistência e luta, oferece um exemplo importante dessas diversidades. A inclusão de uma narrativa mais detalhada sobre a Independência da Bahia ajudaria a promover um entendimento mais completo e inclusivo da história brasileira.

A falta de uma abordagem crítica e detalhada também impede os alunos de reconhecerem a importância estratégica da Bahia no cenário nacional e internacional da época. Salvador, como uma das principais cidades portuárias e comerciais do Brasil colonial, desempenhou um papel crucial nas dinâmicas econômicas e políticas do período. Ignorar essa dimensão é oferecer uma visão simplificada e reducionista da história.

A análise crítica da abordagem histórica no livro "Saber + História" evidencia a necessidade de uma revisão e atualização dos conteúdos para garantir uma narrativa mais abrangente e representativa. A inclusão de eventos, personagens e contextos regionais, como a Independência da Bahia, é essencial para fornecer aos estudantes uma visão mais completa e equilibrada da história do Brasil. A revisão curricular deve buscar não apenas corrigir omissões, mas também promover uma educação histórica que valorize a diversidade de experiências e contribuições de todas as regiões e grupos sociais na formação do país.

### 6.3 IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS E SILENCIAMENTOS DA FIGURA FEMININA

#### 6.3.1 Livro didático 1: História: Sociedade & Cidadania

A análise do capítulo 9 do livro didático "História: Sociedade & Cidadania", intitulado "O Reinado de D. Pedro I: Uma Cidadania Limitada", revela não apenas uma abordagem superficial em relação à Independência da Bahia, mas também identifica lacunas significativas e silenciamentos relacionados à participação feminina nesse processo histórico. A abertura do capítulo com o Hino da Bahia e uma imagem comemorativa do Dia 2 de Julho de 2004 evidencia uma tentativa de destacar a importância desse evento. No entanto, a limitação de apenas duas páginas dedicadas ao 2 de Julho, dentro de um capítulo de quinze páginas, sugere uma falta de profundidade e uma oportunidade perdida de explorar mais amplamente a contribuição das mulheres na luta pela independência.

Historicamente, a participação feminina na Independência da Bahia foi significativa, com mulheres desempenhando papéis cruciais tanto na organização quanto na resistência armada contra as forças coloniais. Figuras como Maria Quitéria, que se disfarçou de homem para lutar nas batalhas pela independência, são exemplos marcantes de coragem e determinação feminina. Entretanto, tais personagens frequentemente recebem atenção marginal ou simbólica nos livros didáticos, sendo mencionadas brevemente, sem uma análise aprofundada de suas contribuições e do contexto em que atuaram.

No capítulo em questão, a presença feminina na narrativa da Independência da Bahia é minimamente abordada, perpetuando um silenciamento histórico que subestima a importância das mulheres no processo de emancipação nacional. A limitação de espaço e a escolha editorial de focar principalmente nas figuras masculinas e nos eventos políticos centrais refletem uma perspectiva histórica tradicional que privilegia a atuação masculina em detrimento das experiências e ações femininas.

Essa abordagem não é apenas uma falha em reconhecer a diversidade de agentes históricos, mas também uma oportunidade perdida de fornecer uma visão mais inclusiva e representativa do passado. As histórias de mulheres como Maria Quitéria e outras que contribuíram para a causa da independência oferecem valiosas lições de resistência, criatividade e liderança que são essenciais para uma compreensão completa do período. Ignorar ou minimizar essas contribuições não apenas perpetua a invisibilidade das mulheres na história, mas também priva os estudantes de exemplos inspiradores de coragem e determinação feminina.

Além disso, o tratamento superficial das figuras femininas na narrativa histórica contribui para a manutenção de estereótipos de gênero e para a perpetuação de uma visão limitada do papel das mulheres na sociedade. Ao não explorar adequadamente as histórias das mulheres que lutaram pela independência, os livros didáticos reforçam a ideia de que as contribuições femininas são secundárias ou menos importantes, o que tem implicações profundas para a formação da identidade e das aspirações das alunas.

Para remediar essa situação, é crucial que os materiais didáticos adotem uma abordagem mais inclusiva e equitativa, que reconheça e valorize as contribuições de todos os grupos envolvidos nos processos históricos. Isso inclui não apenas a expansão do espaço dedicado a eventos como a Independência da Bahia, mas também a incorporação de análises detalhadas sobre a participação feminina e a contextualização dessas contribuições dentro das narrativas maiores.

A inclusão de fontes primárias, como cartas, diários e relatos de mulheres que participaram ativamente da luta pela independência, poderia enriquecer o conteúdo e fornecer aos estudantes uma visão mais completa e nuançada da história. Além disso, a promoção de discussões críticas em sala de aula sobre os papéis tradicionais de gênero e as razões para os silenciamentos históricos pode ajudar a conscientizar os alunos sobre a importância de uma abordagem histórica inclusiva.

### **6.3.2 Livro didático 2: Araribá Mais História**

A análise do livro didático "Araribá Mais História" revela significativas lacunas e silenciamentos em relação à figura feminina na abordagem histórica, especialmente no que tange à Independência da Bahia. Embora o livro mencione brevemente Maria Quitéria, uma figura icônica na luta pela independência, essa menção é insuficiente e superficial, não fazendo jus à importância de sua contribuição e à presença feminina no contexto histórico.

A primeira e mais evidente lacuna é a abordagem mínima sobre Maria Quitéria. Ela é citada apenas de forma passageira como uma mulher que se vestiu de soldado e se alistou no exército brasileiro, sem detalhes sobre suas motivações, desafios e impactos. Esta representação limitada ignora o simbolismo de Maria Quitéria como uma das primeiras mulheres a lutar ativamente nas forças armadas brasileiras, um exemplo de resistência e coragem que poderia enriquecer a compreensão dos alunos sobre a diversidade de papéis desempenhados por mulheres na história do Brasil.

Além disso, o livro não contextualiza adequadamente a participação feminina na luta pela Independência da Bahia. Mulheres de diversas origens e classes sociais participaram de forma significativa, seja como combatentes, estrategistas ou apoiadoras logísticas. A omissão dessas contribuições cria um vácuo na narrativa histórica, deixando de lado a complexidade das relações de gênero e a importância do envolvimento das mulheres nos movimentos de independência.

Outro aspecto crítico é a falta de exploração das implicações sociais e culturais da participação feminina. A história de Maria Quitéria, por exemplo, poderia servir como ponto de partida para discussões sobre as normas de gênero da época, as barreiras enfrentadas pelas mulheres e as formas como elas desafiaram e transcenderam essas barreiras. Essa perspectiva é crucial para uma compreensão completa e rica da história, mas está ausente no livro.

O silenciamento das figuras femininas não se limita apenas à Independência da Bahia. Ao longo do livro, há uma tendência geral de subrepresentar as mulheres em vários contextos históricos. As narrativas predominantes focam majoritariamente nos feitos e decisões de homens, perpetuando uma visão androcêntrica da história. Essa abordagem não apenas marginaliza as contribuições das mulheres, mas também perpetua a ideia de que elas foram atores secundários ou inexistentes nos grandes eventos históricos.

Essa subrepresentação e silenciamento são problemáticos porque influenciam a percepção dos alunos sobre o papel das mulheres na história. Ao não destacar as histórias e contribuições femininas, o livro contribui para a perpetuação de estereótipos de gênero e limita o entendimento dos alunos sobre a diversidade de experiências e perspectivas que compõem a história. A educação histórica deve buscar inclusividade e representatividade, assegurando que as vozes e ações das mulheres sejam adequadamente reconhecidas e valorizadas.

Para corrigir essas lacunas, é essencial que os materiais didáticos integrem narrativas mais completas e diversificadas. A história de Maria Quitéria, por exemplo, deveria ser expandida para incluir uma análise de sua vida, suas motivações, as reações da sociedade à sua participação e o impacto de suas ações no movimento de independência e na percepção das capacidades das mulheres. Além disso, outras figuras femininas e suas contribuições devem ser pesquisadas e incluídas, proporcionando uma visão mais equilibrada e abrangente da história.

### **6.3.3 Livro didático 3: Saber + História**

A identificação de lacunas e silenciamentos da figura feminina no livro didático "Saber + História" é um aspecto crítico que merece uma análise detalhada. A ausência de menção

específica a personagens femininas históricas, especialmente em eventos significativos como a Independência da Bahia, revela uma falha significativa na abordagem pedagógica adotada pelo material.

No contexto da Independência da Bahia, figuras femininas como Maria Quitéria e Joana Angélica desempenharam papéis fundamentais. Maria Quitéria, conhecida por se disfarçar de homem para lutar nas batalhas pela independência, simboliza a coragem e a determinação das mulheres que desafiaram as normas sociais de sua época. Sua exclusão do conteúdo educativo não só silencia a participação feminina na luta pela independência, mas também priva os estudantes de exemplos inspiradores de bravura e resiliência. Joana Angélica, outra figura icônica, é lembrada por sua resistência contra as tropas portuguesas, defendendo o Convento da Lapa até a morte. A ausência dessas narrativas no livro didático reforça um padrão de invisibilização das mulheres na história.

Essa omissão reflete um problema mais amplo de representação desigual e tendenciosa no material didático, onde a contribuição das mulheres frequentemente é minimizada ou ignorada. A história, como apresentada no livro, tende a focar predominantemente nas ações dos homens, perpetuando uma visão androcêntrica que não faz jus à complexidade dos eventos históricos. Isso resulta em uma educação que falha em reconhecer a integralidade da participação feminina e em educar sobre a diversidade de agentes históricos.

Além das figuras icônicas mencionadas, muitas outras mulheres participaram de forma ativa e significativa nos movimentos de resistência e na construção da independência brasileira. Suas histórias, embora não tão amplamente conhecidas, são igualmente importantes para a compreensão do período histórico em questão. A exclusão dessas narrativas contribui para um entendimento parcial e distorcido da história, reforçando estereótipos de gênero e limitando a percepção dos alunos sobre o papel das mulheres na sociedade.

A lacuna na representação feminina também implica uma perda educacional substancial. Ao não incluir as contribuições das mulheres, o material didático não oferece uma visão completa e verdadeira dos eventos históricos. Isso afeta a formação dos estudantes, que crescem sem conhecer a totalidade das forças sociais e políticas que moldaram a história do país. A ausência dessas histórias impede que as alunas se vejam refletidas nos personagens históricos, limitando suas possibilidades de identificação e inspiração.

Portanto, é imperativo que os materiais didáticos passem por uma revisão crítica e inclusiva. A inclusão de figuras femininas e suas contribuições deve ser tratada não como um adendo, mas como parte integral da narrativa histórica. Além de Maria Quitéria e Joana Angélica, muitas outras mulheres merecem reconhecimento e estudo, tais como as mulheres

indígenas, africanas e afrodescendentes que participaram ativamente das lutas pela liberdade e pela justiça social.

A revisão curricular deve adotar uma abordagem que valorize a diversidade e a multiplicidade de vozes que compõem a história. A integração de histórias femininas não apenas enriquece o conteúdo educativo, mas também promove uma visão mais justa e equitativa do passado. Essa mudança é essencial para formar cidadãos mais informados, críticos e conscientes do papel de todos os indivíduos na construção da sociedade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa evidenciam o cumprimento dos objetivos específicos propostos, que consistiram em analisar a invisibilidade histórica da participação feminina na Independência da Bahia, especialmente nos livros didáticos. A pesquisa alcançou seu objetivo ao identificar que a ausência de reconhecimento dessas mulheres reflete a manutenção de uma narrativa histórica excludente, onde o protagonismo masculino é amplificado em detrimento de outros agentes sociais. Apesar de algumas tentativas de inclusão de figuras como Maria Quitéria, o papel das mulheres continua relegado a um espaço secundário e simbólico. A análise de três livros didáticos demonstrou que, embora haja algum avanço na representação da Independência da Bahia, a narrativa feminina ainda é tratada de forma superficial, reforçando o silenciamento de contribuições cruciais. O estudo evidenciou a importância de ampliar o escopo da historiografia e da educação para que as vozes femininas ganhem o protagonismo merecido.

No entanto, algumas limitações surgiram ao longo da pesquisa, como a escassez de fontes primárias que documentem a atuação feminina de maneira mais completa e a dificuldade de acesso a materiais que apresentem uma perspectiva crítica e interseccional. As fontes analisadas, em sua maioria, ainda adotam uma abordagem tradicional, o que dificulta a reconstrução de uma narrativa histórica mais inclusiva. Além disso, o uso de livros didáticos como principal objeto de análise impôs certas restrições, pois esses materiais muitas vezes seguem diretrizes curriculares padronizadas que tendem a repetir silenciamentos já consolidados.

Diante das limitações encontradas, sugere-se que futuras pesquisas se dediquem a expandir o campo de estudo sobre a participação feminina na Independência da Bahia, utilizando fontes alternativas, como documentos pessoais, relatos orais e pesquisas arqueológicas que possam resgatar vozes historicamente silenciadas. Além disso, seria pertinente ampliar o foco para outras regiões do Brasil e para outros movimentos de emancipação, a fim de identificar padrões de invisibilidade feminina e compreender como esses padrões se replicam em diferentes contextos históricos. Outra sugestão é aprofundar a análise interseccional, considerando as interações entre gênero, raça e classe, de modo a dar visibilidade às mulheres negras e indígenas, cujas contribuições foram igualmente apagadas ou subestimadas. Por fim, é crucial que se desenvolvam novas estratégias pedagógicas e revisões curriculares que abordem a inclusão dessas narrativas no ensino de história, promovendo uma

educação que valorize a diversidade e contribua para a formação de uma consciência histórica mais plural e crítica.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. M. A independência da Bahia e as relações internacionais do Brasil no século XIX. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 66, n. 1, p. 87-104, 2023.
- ALMEIDA, J. M. **O mito do Caboclo na Independência da Bahia**. Salvador: Editora Baianidade, 2020.
- ALMEIDA, J. P. Mulheres na Independência da Bahia: Uma Análise Histórica. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 2, p. 56-89, 2018.
- ALMEIDA, M. R. **Mulheres e independência: uma análise histórica da participação feminina nos eventos que antecederam a Independência da Bahia**. Salvador: Editora Bahiana, 2019.
- AMADO, Janaína. Mulheres e independência na Bahia: entre bastidores e protagonismos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 82, 2019.
- ANDRADE, L. C. A Independência da Bahia sob a Perspectiva de Gênero. **Cadernos de História**, v. 23, n. 1, p. 67-89, 2021.
- ARAÚJO, A. O 2 de Julho e a diplomacia brasileira: construindo uma narrativa nacional no cenário internacional. **Revista de Relações Internacionais**, v. 10, n. 2, p. 87-104, 2023.
- BBC NEWS BRASIL. **Como a Independência da Bahia ajudou a definir o Brasil**. BBC, 5 set. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62809341>. Acesso em: 16 out. 2024.
- COSTA, F. G. **Bahia: berço da independência, farol da liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- COSTA, M. A. A economia baiana e a Independência: uma análise histórica. **Estudos Econômicos**, v. 52, n. 1, p. 78-95, 2022.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, p. 139-167, 1989.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FERREIRA, J. C. Gênero e memória: a participação das mulheres na história brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 3, p. 45-63, 2021.
- GONÇALVES, A. M. Redes de resistência: a participação das mulheres negras na Independência da Bahia. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, p. 89-106, 2019.
- HOBBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

LIMA, A. S. A Constituição de 1824 e a consolidação da independência no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 2, p. 247-265, 2018.

LIMA, R. Identidade nacional e regionalismo: o 2 de Julho na Bahia. **Revista Brasileira de História**, v. 40, n. 2, p. 277-298, 2021.

MARTINS, L. F. A contribuição das mulheres indígenas na Independência da Bahia. **Revista de História Indígena**, v. 9, n. 1, p. 123-140, 2021.

MARTINS, R. M. **Cartas da Independência: Relatos e Testemunhos da Bahia em 1823**. São Paulo: Editora História Viva, 2019.

MENDES, J. A. A diversidade nas narrativas sobre a Independência da Bahia nos livros didáticos. **Educação e Pesquisa**, v. 45, n. 3, p. 256-274, 2019.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **Resistência e identidade: mulheres negras no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

OLIVEIRA, F. S. A Batalha de Pirajá e a Consolidação da Independência da Bahia. **Anais do Congresso Brasileiro de História Militar**, v. 12, p. 45-60, 2022.

OLIVEIRA, F. S. A Independência da Bahia: entre a história e a memória. **Revista de História Regional**, v. 23, n. 1, p. 45-60, 2018.

OLIVEIRA, L. Diplomacia cultural e o 2 de Julho: promovendo a imagem do Brasil no exterior. **Cadernos de Política Externa**, v. 15, n. 1, p. 35-52, 2022.

OLIVEIRA, M. A. Mulheres na Independência da Bahia: novas perspectivas históricas. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 2, p. 367-384, 2018.

OLIVEIRA, M. A.; LIMA, R. P. Mulheres na luta pela independência: uma análise histórica. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, p. 78-95, 2020.

OLIVEIRA, P. S. **Independência da Bahia e as relações internacionais do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2021.

OLIVEIRA, S. F. A participação dos quilombolas na Independência da Bahia. **História Social**, v. 15, n. 2, p. 299-317, 2019.

PIMENTA, L. M. **Maria Quitéria: A Mulher Que se Vestiu de Homem para Defender a Pátria**. Editora Autografia, 2019.

REIS, Maria José. O papel das mulheres na construção da memória histórica. **Cadernos de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018.

RIBEIRO, M. A. Narrativas silenciadas: mulheres e a Independência da Bahia. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 3, p. 87-105, 2018.

RIBEIRO, T. C. A Independência da Bahia e as interconexões latino-americanas. **Revista de História das Américas**, v. 8, n. 2, p. 44-61, 2021.

SANTOS, J. A. G. Redes de resistência: a atuação feminina na luta pela independência da Bahia. **Revista de História da América Latina**, v. 25, n. 2, p. 45-62, 2020.

SANTOS, J. R. A. **A Independência da Bahia: um estudo sobre resistência e emancipação**. Salvador: Editora UFBA, 2019.

SANTOS, J. R. A. Resistência Popular na Batalha de Itaparica: Um Estudo de Caso na Independência da Bahia. **Revista de Estudos Históricos**, v. 8, n. 1, p. 23-38, 2018.

SANTOS, L. F. A invisibilidade histórica das mulheres na Independência da Bahia. **História & Sociedade**, v. 30, n. 1, p. 23-39, 2019.

SANTOS, M. A. Celebrações do 2 de julho: entre a memória histórica e a mitificação. **Revista Brasileira de História**, v. 40, n. 2, p. 221-240, 2022.

SANTOS, M. C. Mulheres na Independência da Bahia: resgatando memórias. **Revista História e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 45-62, 2020.

SANTOS, M. O 2 de Julho na memória e na cultura baiana. **Revista Bahia Histórica**, v. 15, n. 1, p. 45-60, 2020.

SANTOS, R. C. **2 de Julho: mitos e símbolos na construção da identidade baiana**. Salvador: Edufba, 2021.

SILVA, A. B. A invisibilidade feminina na história da Independência da Bahia. **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 1, p. 30-52, 2019.

SILVA, F. R. **Mitologia e identidade nacional**. São Paulo: Editora Nacional, 2019.

SILVA, J. R. **A Independência da Bahia: mitos e verdades**. Salvador: Editora Baiana, 2019.

SILVA, L. C. Resistências e desigualdades: reflexões sobre a independência da Bahia na contemporaneidade. **Revista de História Regional**, v. 22, n. 3, p. 45-60, 2024.

SILVA, P. H. As heroínas da Independência da Bahia: um estudo de gênero. **Cadernos de História**, v. 20, n. 4, p. 99-118, 2020.

SOUZA, L. M. A presença afrodescendente na Independência da Bahia. **Estudos Históricos**, v. 31, n. 2, p. 233-252, 2018.

SOUZA, L. M. **Gênero e história: repensando a participação das mulheres na Independência da Bahia**. In: Congresso Brasileiro de História, 2022, Salvador. Anais do Congresso Brasileiro de História, Salvador: Editora UFBA, 2022. p. 78-89.

SOUZA, M. C. **2 de Julho: memória e resistência na Bahia contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

SOUZA, R. A. João das Botas: Estrategista Militar na Independência da Bahia. **Revista Brasileira de História Militar**, v. 5, n. 2, p. 87-102, 2020.

SOUZA, R. P. A luta de classes na Independência da Bahia. **Cadernos de História Social**, v. 9, n. 4, p. 78-95, 2021.

SOUZA, T. M. Resistência e Participação Feminina na Independência da Bahia. **Revista de Estudos Históricos**, v. 12, n. 3, p. 34-58, 2020.

SOUZA, T. R. Resistência e protagonismo: a luta das mulheres negras na Bahia colonial. **Revista de História Social**, v. 36, n. 4, p. 102-118, 2022.

TORRES, R. M. **Independência da Bahia: memória, identidade e resistência**. São Paulo: Editora Senac, 2020.